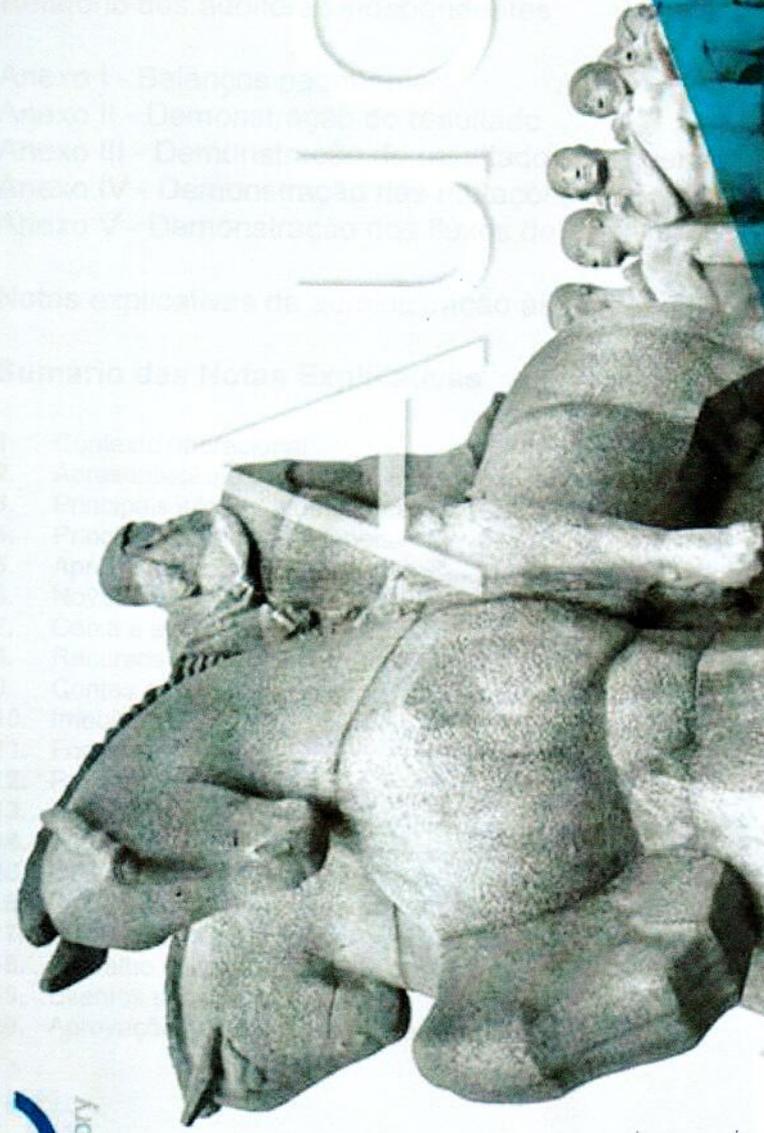




Audit
Tax
Advisory



INSTITUTO PEDRA

**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2017**

Agosto de 2018

advisory

INSTITUTO PEDRA

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Anexo I - Balanços patrimoniais

Anexo II - Demonstração do resultado

Anexo III - Demonstração do resultado abrangente

Anexo IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Anexo V - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Sumário das Notas Explicativas

1.	Contexto operacional	1
2.	Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis	3
3.	Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas	3
4.	Principais práticas contábeis	3
5.	Apresentação das gratuidades	5
6.	Novas Normas e Interpretações ainda não adotadas	5
7.	Caixa e equivalentes de caixa	6
8.	Recursos financeiros de projetos	6
9.	Contas a receber	7
10.	Imobilizado	7
11.	Fornecedores	8
12.	Projetos a realizar	8
13.	Patrimônio líquido	9
14.	Prestação de serviços	9
15.	Custos e despesas administrativas e gerais	9
16.	Receitas e despesas financeiras	10
17.	Instrumentos financeiros	10
18.	Trabalho voluntário	11
19.	Eventos subsequentes	11
20.	Aprovação das demonstrações contábeis	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores e Conselheiros do
Instituto Pedra

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Pedra que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito no parágrafo da Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Pedra em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica - ITG 2002 aplicável a entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião com ressalva

1. A Entidade adota como prática o reconhecimento de receitas com serviços prestados nos projetos sob sua gestão somente no momento da emissão das notas fiscais. Esta prática não atende as determinações das normas contábeis vigentes, em relação à competência, estipulam que o reconhecimento destas receitas deve corresponder ao estágio corrente de execução dos serviços. Devido a limitações nos controles destes estágios dos serviços prestados, não foi possível concluir se há efeitos relevantes no montante da receita com serviços reconhecido no exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

MAP

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, com o relatório dos auditores independentes emitido em 24 de julho de 2017, contendo ressalva sobre o critério de reconhecimento das receitas quando da emissão da nota fiscal; e sobre o montante credor de R\$ 107.330 mil correspondente a ajustes de exercícios anteriores que não atendem as exigências do CPC 23 – Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2018.

PP&C Auditores
PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0

E. Camillo Pachikoski
E. Camillo Pachikoski
CRC1SP158.871/O-7
Contador

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas			
Sem restrição			
Prestação de serviços		693.783	414.196
Doações diversas			5.569
	14	<u>693.783</u>	<u>419.765</u>
Com restrição			
Projetos		4.552.851	9.317.563
	14	<u>4.552.851</u>	<u>9.317.563</u>
Superávit bruto		<u>5.246.634</u>	<u>9.737.328</u>
Custos			
Custos com projetos	15	(4.552.851)	(9.317.563)
		<u>(4.552.851)</u>	<u>(9.317.563)</u>
Despesas			
Administrativas e gerais	15	(334.441)	(261.001)
Outras receitas e despesas			(1.456)
Financeiras, líquidas	16	24.637	31.972
		<u>(309.804)</u>	<u>(230.485)</u>
Superávit do exercício		<u><u>383.979</u></u>	<u><u>189.280</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MAP

Instituto Pedra

ANEXO III

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Superávit do exercício	383.979	189.280
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>383.979</u>	<u>189.280</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

md

Instituto Pedra

ANEXO IV

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro
Em reais

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	774	263.131	263.905
Incorporação do superávit do exercício anterior	263.131	(263.131)	
Superávit do exercício		189.280	189.280
Ajustes de exercícios anteriores	107.482		107.482
Saldos em 31 de dezembro de 2016	371.387	189.280	560.667
Incorporação do superávit do exercício anterior	189.280	(189.280)	
Superávit do exercício		383.979	383.979
Outras movimentações		3	3
Saldos em 31 de dezembro de 2017	560.667	383.982	944.649

WP

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	383.979	189.280
Ajustes		
Depreciação e amortização	22.349	(85.634)
Ajustes de exercícios anteriores/outras movimentações	3	107.482
	<u>406.331</u>	<u>211.128</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Recurso financeiro de projetos	(683.818)	3.334.447
Contas a receber	(185.063)	
Outros créditos	(4.439)	405
	<u>(873.320)</u>	<u>3.334.852</u>
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	(511.312)	683.325
Obrigações tributárias e fiscais	20.931	(3.569)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.417)	11.344
Projetos a realizar	1.123.157	(4.066.004)
	<u>631.359</u>	<u>(3.374.904)</u>
Caixa líquido originado nas atividades operacionais	<u>164.370</u>	<u>171.076</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(7.540)	
Caixa líquido utilizado em atividades de investimentos	<u>(7.540)</u>	
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>156.830</u></u>	<u><u>171.076</u></u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	467.317	296.241
No fim do exercício	<u>624.147</u>	<u>467.317</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>156.830</u></u>	<u><u>171.076</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO PEDRA

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em Reais

1. Contexto operacional

O Instituto Pedra é uma entidade sem fins lucrativos, baseada em São Paulo. Fundado em fevereiro de 2013, desenvolve projetos no campo de patrimônio cultural, ligados a atividades de restauração e conservação de lugares e prédios históricos, serviços de arquitetura, organização de acervos históricos e artísticos, publicação de documentários em livros e vídeo e programas de educação patrimonial.

O Instituto Pedra pretende ser uma referência da sociedade civil no campo do patrimônio cultural por sua abordagem integrada e interdisciplinar, por meio de ações sustentáveis e duradouras.

A Entidade possui como principal fonte de manutenção de suas atividades recursos provenientes de incentivos fiscais, por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da lei nº 8.313/91 (Lei Rouanet), e do Programa de Ação Cultural – ProAC/ICMS, aprovados pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, conforme determinação da Lei Estadual do ICMS 12.268/2006.

Nesse contexto, atualmente a Entidade possui seis projetos em andamento, descritos a seguir:

Restauração da Vila Itororó - PRONAC 1310741 - A Vila Itororó é um conjunto arquitetônico idealizado por Francisco de Castro, com doze edificações construídas ao longo do século XX para fins residenciais e de lazer. A Vila Itororó foi tombada pelo Estado e Município como patrimônio e, em 2006, foi decretada área de utilidade pública, tendo sido desapropriada para fins culturais. A restauração da Vila Itororó, iniciada em 2013, trata-se de um exemplo da abordagem integrada defendida pelo Instituto Pedra, onde as obras de restauro são precedidas de levantamentos e pesquisas históricas, debate com a sociedade civil e alinhamento com os diversos órgãos públicos envolvidos com o local.

Restauração e Adaptação do Pavilhão das Culturas - PRONAC 142003 - Projetado por Oscar Niemeyer e construído para as comemorações do Quarto Centenário da Cidade de São Paulo em 1954 com a inauguração do Parque Ibirapuera, o Pavilhão das Culturas Brasileiras é um importante exemplar da Arquitetura Moderna no Brasil. Integrando o sistema de equipamentos do Museu da Cidade, ligado à Secretaria Municipal de Cultura, possui um dos melhores acervos de arte popular e artesanato do país, que, por conta de problemas estruturais e de instalações do edifício, não estão expostos. Dado esse cenário, a iniciativa do Instituto Pedra é dar continuidade à execução do projeto de restauração e adaptação do Arquiteto Pedro Mendes da Rocha, a fim de reabrir o Pavilhão das Culturas com a exposição do seu rico acervo e novos espaços para exposições temporárias, reserva técnica, centro de pesquisas, salas administrativas e banheiros, além de um bar-café e um auditório.

INSTITUTO PEDRA

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em Reais

Oficina de Locomotivas de Araçatuba - ProAC 21685 - A Oficina de Locomotivas, parte integrante do Conjunto Ferroviário Central de Araçatuba, é um exemplar característico das edificações da rede da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – EFNOB, importante companhia ferroviária que operava linhas que ligavam o centro-oeste paulista até a cidade de Corumbá, na divisa do Mato Grosso do Sul com a Bolívia. Depois do Complexo de Bauru (SP), o de Araçatuba compunha o maior entroncamento ferroviário da rede, sendo ponto estratégico para fins militares, políticos e econômicos do governo brasileiro e no desenvolvimento do município.

O projeto se divide em três etapas principais: elaboração do projeto cultural, pesquisa para definição de novos usos do espaço e projeto de restauro e adaptação. Com isso, buscam-se apontar a evolução arquitetônica do equipamento ao longo do tempo e suas patologias, vendo quais as melhores formas de intervenção no local, além da intenção de contextualizar a importância da oficina no contexto da cidade e identificar quais as suas necessidades nos campos de cultura, educação, lazer, turismo, etc.

Inventário e Adequação do Acervo do IPT - PRONAC 171113 - Desenvolvedor de tecnologias de ponta desde a sua criação, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), vem influenciando há décadas a vida das pessoas e, ao longo de mais de 100 anos de existência, acumulou uma série de objetos, entre maquinários, documentos e fotos, que mostram a posição de vanguarda da instituição no desenvolvimento tecnológico do país. Buscando divulgar a importância do IPT nos avanços científicos ocorridos no país ao longo dos anos, este projeto realizará o inventário e adequação do acervo da instituição para garantir o melhor acesso ao público em geral e pesquisadores.

Restauração do Palácio da Aclamação (Salão Nobre) - PRONAC 176375 - Utilizado como residência dos Governadores da Bahia de 1917 a 1967, o Palácio da Aclamação é considerado patrimônio histórico, de acordo com o Decreto Estadual 12493/2010. Localizado no bairro do Campo Grande, integrado ao Passeio Público, possui vista privilegiada da Bahia de Todos os Santos e proximidade do Centro Histórico da capital baiana.

Com apoio do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC, este projeto cultural se ocupará da restauração de elementos arquitetônicos estruturais fundamentais e da restauração completa do Salão Nobre, na Ala Nova do Piso Térreo, juntamente com um programa de educação patrimonial com oficinas de restauração para que o Palácio seja reaberto como museu público.

Criação e Implantação do "Museu Boulieu - Caminhos da Fé" - PRONAC 147163 - A Coleção Boulieu conta com mais de 1.200 obras e foi formada pelo casal franco-brasileiro Maria Helena e Jacques Boulieu, a partir de viagens realizadas desde a década de 1950 pelo interior do Brasil e em países colonizados por Portugal e Espanha. A coleção de arte sacra reúne exemplares artísticos que olham para a história da colonização ibérica ao redor do mundo e a importância da fé católica neste processo. Em 2014 o casal doou a coleção à Arquidiocese de Mariana para

INSTITUTO PEDRA

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em Reais

viabilizar a criação de um novo museu na cidade de Ouro Preto, o Museu Boulieu – Caminhos da Fé. Visando a preservação e divulgação deste importante acervo, o projeto prevê a implantação do Museu Boulieu – Caminhos da Fé, pensando o plano museológico, projeto expográfico e o programa educacional, além de obras de restauração e adaptação no prédio da antiga Santa Casa de Misericórdia, para que este abrigue a sede da instituição.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Interpretação Técnica - ITG2002 aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando aplicável, e estão apresentadas em Reais, exceto quando indicadas de outra forma.

3. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis, a administração da Entidade faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, significativamente, dessas estimativas. A principal premissa a respeito do futuro e de incerteza nas estimativas está descrita a seguir:

a) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações foram aplicadas em todos os exercícios e compreendem:

INSTITUTO PEDRA

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em Reais

a) Apuração do superávit do exercício

O superávit do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

As receitas de doações, que têm por finalidade oferecer suporte financeiro imediato sem qualquer despesa futura relacionada, são reconhecidas no período em que se tornaram recebíveis.

Os recursos provenientes de patrocínios de lei de incentivos fiscais são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; conseqüentemente, os montantes não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

As receitas com prestação de serviços nos projetos por ela geridos, não são reconhecidas de acordo com o regime da competência, devido a incerteza quanto a captação total de recursos para a realização desses projetos, incorrendo no risco de não obter nenhuma receita ao final do projeto, e utilizando-se de recursos próprios para financiar serviços dos projetos em execução, sem obter o reembolso de tais custos.

As despesas com projetos, assim como as demais despesas e receitas são contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa da Entidade compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 90 dias, contados da data de contratação e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos, normalmente, com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

c) Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas fiscais mencionadas na nota explicativa nº 10.

d) Passivos circulantes

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

INSTITUTO PEDRA

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em Reais

e) Projetos a realizar

Estão representados, substancialmente, pelos valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos os quais ainda não foram utilizados permanecendo registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

5. Apresentação das gratuidades - Imunidade tributária

5.1 Provisão para Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto Pedra goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o artigo 195 da Constituição Federal.

5.2 Obrigações tributárias sobre as receitas – PIS e COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto Pedra está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com a lei nº 9.532/97, e goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade (contribuições associativas), de acordo com a lei nº 9.178/98.

6. Novas Normas e Interpretações ainda não adotadas

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, portanto, não afetam essas demonstrações contábeis:

CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Esse pronunciamento está vigente desde 1º de janeiro de 2018. A Entidade está avaliando o impacto total de sua adoção.

INSTITUTO PEDRA

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em Reais

CPC 47 – Receita de contratos (IFRS15)

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela será reconhecida. Esse pronunciamento está vigente desde 1º de janeiro de 2018. A Entidade está avaliando o impacto total de sua adoção.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2017	2016
Caixa geral	1.236	2.494
Aplicações financeiras	622.911	464.823
	624.147	467.317

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e os valores são sujeitos às mudanças nas taxas de juros para os rendimentos pós-fixados. Os recursos estão aplicados em instituições financeiras de primeira linha como forma de diminuir os riscos e estão representados, substancialmente, por certificados de depósitos bancários e por fundos de renda fixa, remunerados a taxas que atingem até 96% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. Recursos financeiros de projetos

Descrição	2017	2016
Bancos conta movimento		
Vila Itororó		7.449
Pavilhão	3.788	9.965
	3.788	17.414
Aplicações financeiras		
Vila Itororó	3.852.237	2.828.068
Pavilhão	465.764	1.190.810
Inventário e adequação de acervos – IPT	298.399	
Exposição Caixa Cultural	99.922	
	4.716.322	4.018.878
	4.720.110	4.036.292

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e os valores são sujeitos às mudanças nas taxas de juros para os rendimentos pós-fixados. Os recursos estão aplicados em instituições financeiras de primeira linha como forma de diminuir os riscos e estão representadas, substancialmente, por certificados de depósitos bancários e por fundos de renda fixa, remunerados a taxas que atingem até 96% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

INSTITUTO PEDRA

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em Reais

9. Contas a receber

Descrição	2017	2016
Contas a receber de clientes		9.601
Contas a receber de projetos (a)	175.462	
	185.063	

(a) O saldo se refere a gastos incorridos do projeto Exposição Caixa Cultura que foram parcialmente custeados pela Entidade e serão reembolsados na medida em que houver captação de recursos.

10. Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	2017			2016
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Computadores e periféricos	20%	51.663	(26.623)	25.040	32.554
Móveis e utensílios	10%	41.264	(9.706)	31.558	30.328
Ferramentas	10%	16.633	(9.051)	7.582	10.908
Instalações	10%	989	(187)	802	901
		110.549	(45.567)	64.982	74.691

10.1 Movimentação do custo e da depreciação acumulada em 2017

Descrição	2016	Adições	2017
Custo			
Computadores e periféricos	49.289	2.374	51.663
Móveis e utensílios	36.098	5.166	41.264
Ferramentas	16.633		16.633
Instalações	989		989
	103.009	7.540	110.549
Depreciação acumulada			
Computadores e periféricos	(16.735)	(9.888)	(26.623)
Móveis e utensílios	(5.770)	(3.936)	(9.706)
Ferramentas	(5.725)	(3.326)	(9.051)
Instalações	(88)	(99)	(187)
	(28.318)	(17.249)	45.567
Imobilizado líquido	74.691	(9.709)	64.982

INSTITUTO PEDRA

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em Reais

10.2 Movimentação do custo e da depreciação acumulada em 2016

Descrição	2015	Adições	2016
Custo	(não auditado)		
Computadores e periféricos	9.159	40.130	49.289
Móveis e utensílios		36.098	36.098
Ferramentas		16.633	16.633
Instalações		989	989
	9.159	93.850	103.009
Depreciação acumulada			
Computadores e periféricos	(508)	(16.227)	(16.735)
Móveis e utensílios		(5.770)	(5.770)
Ferramentas		(5.725)	(5.725)
Instalações		(88)	(88)
	(508)	(27.810)	(28.318)
Imobilizado líquido	8.651	66.040	74.691

11. Fornecedores

Descrição	2017	2016
Fornecedores de serviços	231.457	742.769
	231.457	742.769

O saldo de fornecedores de serviços refere-se substancialmente aos serviços das construtoras contratadas para as obras dos projetos da Entidade.

12. Projetos a realizar

Descrição	2017	2016
Vila Itororó (PRONAC 1310741)	3.625.926	2.349.671
Pavilhão das culturas (PRONAC 142003)	469.552	921.049
Inventário e adequação de acervos – IPT	298.399	
	4.393.877	3.270.720

Referem-se a montantes já recebidos financeiramente e ainda não empregados nos projetos, os quais serão reconhecidos ao resultado de acordo com o regime de competência, na medida em que incorrerem os gastos relacionados aos projetos.

INSTITUTO PEDRA

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em Reais

12.1 Movimentação dos projetos a realizar

Descrição	Vila Itororó	Pavilhão	IPT	Exposição Caixa Cultural	Total
Em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	1.438.015	5.901.324			7.339.339
Recursos recebidos	4.480.000				4.480.000
Receitas financeiras	332.926	437.342			770.268
Gastos incorridos na execução do projeto	(3.415.424)	(5.137.891)			(8.553.315)
Recurso disponível (nota explicativa nº 8)	2.835.517	1.200.775			4.036.292
Valores em compensação – Bancos	(485.846)	(279.726)			(765.572)
Em 31 de dezembro de 2016	2.349.671	921.049			3.270.720
Recursos recebidos	4.800.000		298.399	100.000	5.198.399
Receitas financeiras	257.535	44.320		291	302.146
Gastos incorridos na execução do projeto	(3.554.969)	(495.817)		(369)	(4.051.155)
Recurso disponível (nota explicativa nº 8)	3.852.237	469.552	298.399	99.922	4.720.110
Valores em compensação - Bancos	(226.311)			(275.384)	(501.695)
Saldo a receber				175.462	175.462
Em 31 de dezembro de 2017	3.625.926	469.552	298.399		4.393.877

13. Patrimônio líquido

Compreende as doações e os superávits gerados e que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade, descritos na nota explicativa nº 1.

14. Prestação de serviços

Descrição	2017	2016
Receitas serviços de arquitetura	730.142	435.996
(-) ISS sobre serviços prestados	(36.359)	(21.800)
Projeto Vila Itororó	3.781.281	3.901.270
Projeto Pavilhão	495.817	5.416.293
Projeto Exposição Caixa Cultural	275.753	
Doações diversas		5.569
	5.246.634	9.737.328
Com restrição	4.552.851	9.317.563
Sem restrição	693.783	419.765

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em Reais

15. Custos e despesas administrativas e gerais

Descrição	2017	2016
Construção civil	2.978.153	7.633.586
Serviço de terceiros	1.205.907	1.545.849
Pessoal	216.332	88.814
Comerciais	187.185	42.943
Utilidades	65.285	53.115
Viagens	50.318	27.183
Aluguel	42.018	36.300
Despesas gerais	36.673	16.981
Material de consumo	34.220	51.176
Assessoria	22.398	12.702
Depreciação e amortização	22.349	21.848
Arquitetura	16.766	16.450
Manutenção	2.709	8.199
Bens de pequeno valor	1.408	17.364
Cartório	805	5.088
Outras despesas	4.766	966
	4.887.292	9.578.564
Classificado como:		
Custos com projetos e serviços	4.552.851	9.317.563
Despesas administrativas e gerais	334.441	261.001

16. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2017	2016
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	27.224	33.853
Despesas financeiras	27.224	33.853
Bancárias	(2.249)	(1.494)
IOF	(240)	(373)
Juros passivos	(98)	(14)
	(2.587)	(1.881)
	24.637	31.972

17. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 por valores que se aproximam aos de mercado nessa data. A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de

INSTITUTO PEDRA

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em Reais

controle consiste na vigilância permanente das taxas contratadas em comparação com as taxas médias de mercado.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Entidade, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados por meio de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da Entidade com a qual são realizados.

Em 31 de dezembro de 2017 a Entidade não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Trabalho voluntário

Conforme determinado pela Interpretação Técnica - ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Entidade deve identificar e mensurar os trabalhos voluntários por ela recebidos durante o exercício de 2017. No exercício de 2017 não houve trabalhos voluntários realizados à Entidade.

19. Eventos subsequentes

Em março de 2018 a Entidade recebeu recursos de entidade pública patrocinadora no montante de R\$ 7.207.021, sendo R\$ 6.745.139 para aplicação no projeto de Criação e Implantação do Museu Boulieu - PRONAC 147163 – e R\$ 461.882 para o projeto Arquitetônico de Restauração da Oficina de Locomotiva de Araçatuba – PRONAC 21685.

20. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de agosto de 2018.

* . * . *